

REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA MORADIA PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

Maria das Dores Silva Nbrega

Mestranda em Geografia pela Universidade de Brasília
nobredoris@yahoo.com.br

RESUMO

O artigo objetiva compreender quais as representações sociais (RS) da moradia da população de baixa renda. A moradia é uma mercadoria tanto para a população de altos rendimentos como dos mais baixos rendimentos. O que diferencia é a maneira como o mercado imobiliário atende aos consumidores. Trabalha-se com a hipótese de que a RS da moradia para moradores de loteamentos periféricos se desenvolve, transmite-se e se mantém como história de sua vida. A coleta dos dados e informações das RS se dar por meio de entrevistas narrativas sobre a história de aquisição da moradia. Para isso desvendar as RS da moradia, o *locus* do estudo é o município de Águas Lindas de Goiás-GO. Como resultado da discussão observa-se o fenômeno da valorização da terra como fator determinante tanto da atração, quanto da expulsão da população mais pobre.

Palavras-chave: espaço, moradia, representação social, população de baixa renda.

SOCIAL REPRESENTATION OF HOUSING FOR LOW INCOME POPULATION

ABSTRACT

The article aims at understanding what the social representation (SR) of housing is for the population of lower income. A house is a product, be it for the rich or for the poor. The difference lies on the way real state offices serve their public. Therefore, the hypothesis that the SR of housing for dwellers of peripheral lots is developed, transmitted and sustained through their life's history is chosen. The data about the SR was collected through narrative interviews with inhabitants of Águas Lindas de Goiás – GO, in Brazil, about the acquisition of their houses. As a result of the discussion, it is observed that the phenomenon of valuation of land is determinant for both the attraction and the expulsion of the population of lower income from a specific place.

Key words: space, housing, social representation, low income population.

INTRODUÇÃO

A dinâmica do espaço urbano é expressão visível da concentração e da heterogeneidade cada vez maiores da população, de bens e serviços e de atividades econômicas, as quais constituem condições essenciais à reprodução do capital. A moradia é condição essencial para ocupar um lugar na cidade e um bem para a reprodução do capital. É importante compreender como moradores de loteamentos de baixa renda, nos quais serviços e atividades produtivas são quase inexistentes, representam sua casa e representam o espaço que ocupam. Diante disso, indaga-se: quem produz o espaço enquanto mercadoria para a população de baixa renda? O espaço, segundo Corrêa (2005), é produzido pelos agentes sociais denominados de: proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado e grupos sociais excluídos, que produzem e consomem espaço.

A presente pesquisa, que está sendo desenvolvida no Programa de Mestrado do Departamento de Geografia, da UnB, tem como objeto empírico de estudo a população pobre cuja possibilidade de moradia é a casa produzida pelo sistema de autoconstrução em loteamentos periféricos de Águas Lindas de Goiás. O município, originado de um processo de loteamentos para chácaras de recreio conhecido como Parque da Barragem, passou a abrigar população de baixa renda que não encontrava habitação dentro do Distrito Federal.

Um caminho ainda pouco contemplado no estudo da população de baixa renda é o que considera a subjetividade, ou seja, os processos internos ao sujeito que se materializam no espaço e estruturaram processos externos e espaciais. Parte-se da hipótese de que a representação social da

Recebido em 21/04/2009

Aprovado para publicação em 15/08/2009

moradia para moradores de loteamentos periféricos se desenvolve, transmite-se e se mantém como história de sua vida. Assim, a complexidade dos processos de ocupação dos loteamentos periféricos leva a pensar o espaço urbano em sua totalidade.

ESPAÇO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL

As marcas e padrões de organização própria de cada sociedade, “constituem o espaço do homem, a organização espacial da sociedade” (CORRÊA, 2003, p.52). A organização espacial da sociedade, ou seja, o modo particular de estudar a materialidade social envolve, a par dos processos econômicos e sociais, também o simbolismo que se encontra presente na efetiva materialização, e mesmo da organização, do espaço.

O espaço urbano que é ao mesmo tempo “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas (CORRÊA, 2005, p. 9)”, que enseja antagonismos acentuados em consequência do modo de produção capitalista. Ou seja, ainda de acordo com o autor, o espaço urbano capitalista “é um produto social, resultado de ações acumulada através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço (CORRÊA, 2005, p. 11).”

Na perspectiva de Milton Santos o espaço é o território usado em que o uso se manifesta na constituição do lugar, onde o processo espacial é solidário. Para o autor o território usado é uma categoria do espaço geográfico. Santos entende o espaço geográfico como um sistema indissociável entre os objetos e ações, em que objetos são as materialidades cada vez mais artificiais e as ações levam “à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 2008, p. 63).”

O espaço urbano apresenta uma dinâmica que envolve diversos aspectos: a população, o ambiente, a política, a cultura, e outros, que estão ao nosso redor e fazem parte do cotidiano, como os transportes, a circulação, a moradia, as áreas de consumo, dentre outros. Considerar todos esses aspectos num estudo é um desafio. Porém, pensando naqueles que estão construindo e reconstruindo o ambiente urbano, os sujeitos, atingimos justamente os que dão significado aos diferentes aspectos do espaço.

É o que se pretende atingir, buscando na teoria das representações sociais o espaço enquanto significante e significativo ao sujeito. Para tanto, “o espaço não pode ser estudado como se os objetos materiais que formam a paisagem trouxessem neles mesmos sua própria explicação” (SANTOS, 2004, p. 58). Portanto, deve-se ir além da materialidade do objeto ‘espaço’ e sua significação, mas buscar o significado que o sujeito lhe dá, de acordo com as necessidades individuais e sociais. Mas os indivíduos sofrem influências de outros indivíduos e dos meios de comunicação com os quais também constituem o pensamento. Por isso, é importante conhecer o que os indivíduos pensam e porque pensam, enfatiza Almeida (2001), sobre determinado objeto. Assim, a autora acentua a importância das representações sociais para compreender a forma como os indivíduos pensam. Com isso, sujeito e mundo se constituem num espaço simbólico de relações de oposição, afirmação e negação, que se projeta sobre relações sociais mais amplas, em que o sujeito se posiciona frente a si mesmo, ao mundo e aos outros.

Os fenômenos de representação social estão disseminados pela sociedade e segundo Moscovici (1978) são construídos no universo consensual do pensamento, enquanto o objeto é elaborado pelo universo reificado da ciência. Deste modo, o pesquisador transforma o fenômeno em objeto de estudo por meio da teoria das representações sociais. Para dar conta dos processos cognitivos e simbólicos que se relacionam com as práticas, o aporte teórico é o das representações sociais, que são:

Entidades quase tangíveis. Elas circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, um gesto, um encontro, em nosso universo cotidiano. A maioria das relações sociais estabelecidas, os objetos produzidos ou consumidos, as comunicações trocadas, delas estão impregnados. Sabemos que as representações sociais correspondem, por um lado a substância simbólica que entra na elaboração e, por outro, à prática que produz a dita substância, tal como a ciência ou os mitos correspondem a uma prática científica e mítica (MOSCOVICI, 1978, p.41).

Por meio da arte da conversação criam-se “gradualmente núcleos de estabilidade e maneiras habituais de fazer coisas, uma comunidade de significados entre aqueles que participam dela” (MOSCOVICI, *apud* SÁ, 1993, p.29). Pode-se dizer então, que as representações sociais designam uma forma de pensamento social.

As representações sociais tanto para Jodelet quanto para Moscovici, se constituem por meio de dois processos formadores da teoria: a objetivação e a ancoragem. Objetivar “é reabsorver um excesso de significações materializando-as [...]. É também transplantar para o nível de observação o que era apenas inferência ou símbolo” (MOSCOVICI, 1978, p.111). Para isso, há a passagem dos conceitos e idéias para os esquemas ou imagens concretas. Assim sendo, edifica-se o núcleo “imaginante” da representação, ou seja, a realidade social.

No processo de ancoragem, “a sociedade converte o objeto social num instrumento de que ela pode dispor e esse objeto é colocado numa escala de preferência nas relações sociais existentes (MOSCOVICI, 1978, p.173).” Quando isso ocorre tem-se a classificação, ou mesmo a denominação. A ancoragem contribui para a interpretação das relações interpessoais e das condutas. Portanto, um novo olhar da realidade cotidiana, dominada pelo senso comum, pode ser levado ao mundo científico sem ser considerada vulgar e inadequada.

As representações sociais são criadas para o sujeito tornar algo que é não familiar em conhecido, ou seja, acomodando o estranho. Com isso, a pessoa cria novas verdades que aos olhos da ciência comportam contradições, de acordo com uma lógica natural e normal. É fundamental buscar no discurso o não dito o que se encontra nas entrelinhas, pois é exatamente nelas que estão construídas as representações sociais.

O Espaço urbano: Águas Lindas de Goiás

O espaço urbano é modificado e sua dinâmica transformada de acordo com as racionalidades específicas de cada período. Atualmente, a produção é feita de acordo com a racionalidade capitalista. A cidade é o espaço para se conferir a produção de diferentes lugares, no que diz respeito a sua caracterização e identificação, assim produzindo um fenômeno muito comum da racionalidade capitalista contraditória, que é a segregação em que as classes sociais se agrupam cada vez mais separadamente.

A grande valorização da terra decorrente da seletivização do território fez com que pessoas de renda baixa, que não puderam arcar com o alto preço dos imóveis, procurassem lugares de menor valor dos aluguéis ou da moradia e migrassem para os municípios próximos. Foi o que ocorreu com os municípios limítrofes ao Distrito Federal - DF² (ver mapa 1).

O crescimento acelerado da periferia externa do Distrito Federal, como visualizado nos dados do IBGE, (ver tabela 1) sofreu um aumento populacional com taxas médias anuais de 6,72%, no período de 1991-2004, sendo as do Distrito Federal foram da ordem de 3,04% aa no mesmo período. Como resultado, desencadeou-se um processo de demanda por moradias principalmente para a população de baixa renda. O acesso ao espaço nas áreas centrais se restringe, evidenciando ainda mais a exclusão social, ou seja, a segregação sócio-espacial manifesta-se na reprodução do espaço de residência. As populações de classes mais baixas acabaram encontrando soluções para suas necessidades habitacionais, muitas vezes à revelia do mercado imobiliário formal.

Tabela 1

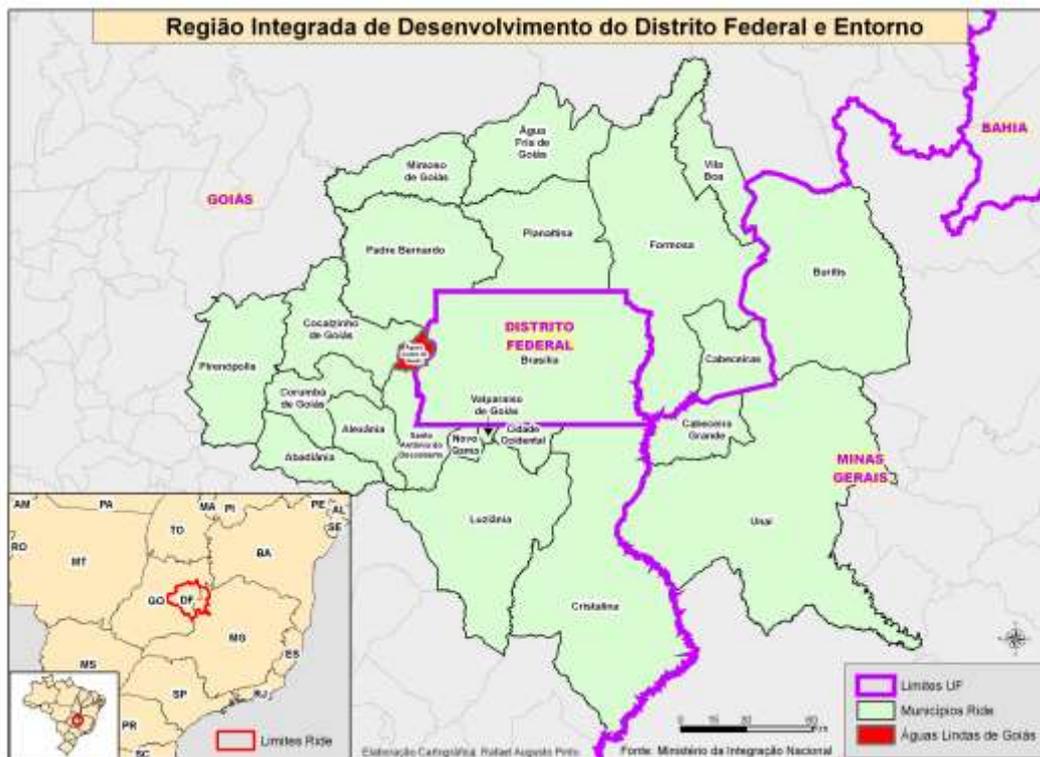
Crescimento populacional da Periferia externa do Distrito Federal de 1991 a 2004

Anos	População	Crescimento médio anual estimado do período % (1991-2004)
1991	560.615	6,72%
2000	907.565	
2004	1.088.116 (estimada)	

Fonte: IBGE (2008)³

² É constituída pelo Distrito Federal, pelos municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa, no Estado de Goiás, e de Unaí, Buritis e Cabeceira Grande, no Estado de Minas Gerais – Lei Complementar n° 94, de 19 de fevereiro de 1998.

³ Dados disponíveis em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php> e Codeplan.



Data: Julho/2008

Mapa 1 - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE)

O crescimento acelerado da periferia externa do Distrito Federal, como visualizado nos dados do IBGE, (ver tabela 2) sofreu um aumento populacional com taxas médias anuais de 6,72%, no período de 1991-2004, sendo as do Distrito Federal foram da ordem de 3,04% aa no mesmo período. Como resultado, desencadeou-se um processo de demanda por moradias principalmente para a população de baixa renda. O acesso ao espaço nas áreas centrais se restringe, evidenciando ainda mais a exclusão social, ou seja, a segregação sócio-espacial manifesta-se na reprodução do espaço de residência. As populações de classes mais baixas acabaram encontrando soluções para suas necessidades habitacionais, muitas vezes à revelia do mercado imobiliário formal.

Deste modo, a população intensificou a ocupação do chamado entorno⁴ do Distrito Federal e transfigurou-se em “agente”, como diz Paviani, (1987), no momento em que de posse de um lote, constrói barracos para moradia ou aluguel e, portanto, participa do processo de periferização.

Tabela 2

Crescimento populacional da Periferia externa do Distrito Federal de 1991 a 2004

Anos	População	Crescimento médio anual estimado do período % (1991-2004)
1991	560.615	6,72%
2000	907.565	
2004	1.088.116 (estimada)	

Fonte: IBGE (2008)⁵

⁴ Referência aos municípios que são limítrofes ao Distrito Federal, ou seja, fora do quadrilátero do DF.

O mercado imobiliário não se restringe a população de classe alta. A moradia é uma mercadoria tanto para a população de altos rendimentos como dos mais baixos rendimentos. O que diferencia é a maneira como o mercado imobiliário atende as populações. Ressalta-se que a produção da espacialidade da sociedade urbana não deve ser entendida somente no sentido econômico, mas também como conteúdo de uma produção social, política e cultural, de acordo com Penna (2004).

Em Águas Lindas, inicialmente, vai-se visualizar a atuação das classes dominantes que possuíam fazendas na área e passaram a loteá-las e vendê-las, transformando-as no espaço que constitui a periferia externa do Distrito Federal, de acordo com Peluso (1987) e Paviani (1987), cujo uso rural se transforma em urbano. A par da ação dos fazendeiros, observa-se a ação dos agentes imobiliários que se organizam para atender a necessidade de uma população de baixos rendimentos. Portanto, de um lado se apresenta uma população que demanda por moradias e de outro um mercado imobiliário que busca lucros. Ou seja, o grupo social de baixa renda em estudo apresenta vinculação a agentes sociais, os proprietários de imóveis – as empresas imobiliárias e o proprietário fundiário da periferia, que submetem a população de baixa renda à lógica do mercado imobiliário que atua no local.

O processo de loteamento em Águas Lindas apresentou características que, de acordo com Paviani (1987), designam os “loteamentos abertos”, em que os lotes são repassados aos moradores por meio de financiamento próprio e as imobiliárias vendem lotes sem as condições mínimas de infra-estrutura e benfeitorias urbanas, nas quais predominavam a autoconstrução da moradia. Assim, o preço final do lote não é elevado. Os loteamentos, ao atingirem grande população, levaram a que o Parque da Barragem se tornasse município em 1995.

Situação sócio-econômica da moradia e dos moradores entrevistados

Para trabalhar na coleta dos dados e informações, o recurso utilizado foram as entrevistas narrativas cuja finalidade é encorajar e estimular o entrevistado a narrar a sua história da moradia atual e das anteriores. Portanto, trata-se de pesquisa qualitativa em que se lida com interpretações da realidade social. O preparo do instrumento de coleta se deu por tópicos-guia que constituíram a parte vital do processo de pesquisa.

No presente artigo, trabalharam-se cinco entrevistas narrativas dos moradores, cujo diálogo estabelecido entre pesquisador e entrevistados investiga primeiramente a história de aquisição da moradia atual e das anteriores, e, por conseguinte, inquiriram-se as condições sócio-econômicas, a mobilidade espacial e as condições da habitação. Na tabela 3 encontram-se as condições sócio-econômicas da população entrevistada, em que se destaca a predominância da população de baixa renda que desenvolve atividades produtivas chamadas por Santos (2004) de circuito inferior da economia urbana dos países subdesenvolvidos. O autor distingue os circuitos inferior e superior baseando-se nas diferenças de tecnologia e de organização. E considerando essa diferenciação evidencia-se na área estudada a predominância do trabalho autônomo, sem vínculo empregatício.

Tabela 3

Condições sócio-econômicas

Sujeito	Escolaridade	Idade	Onde Trabalha	Local da residência	Renda familiar (em reais)
1	Sabe ler e escrever	Adulto	No lar e costura em casa	Jardim das Oliveiras	600,00
2	2º grau	Jovem	Em casa de família em Águas Lindas	Jardim das Oliveiras	700,00
3	Sabe escrever o nome e ler pouco	Adulto	No Setor de Indústria de laqueador	Jardim das Oliveiras	700,00
4	2º grau	Adulto	Em casa de família no Plano Piloto	Jardim das Oliveiras	700,00
5	1º grau	Adulto	Em casa com pintura de carro	Jardim das Oliveiras	2.000,00

Fonte: pesquisadora, outubro, 2008.

⁵ Dados disponíveis em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php> e Codeplan.

A origem da população é variada, conforme a tabela 4, na qual se encontra a mobilidade espacial. Verifica-se que os moradores vieram do nordeste, de outros municípios do Estado de Goiás e de Minas Gerais. Praticamente, todos foram primeiramente para o Distrito Federal em busca de uma vida melhor e frente às dificuldades em manter-se nas áreas centrais, migraram para Águas Lindas. O movimento migratório indica segregação social induzida em dois momentos: a chegada ao Distrito Federal e posterior mudança para a cidade periférica. A população alega para os deslocamentos, as dificuldades financeiras que ocasionaram a saída dos lugares de origem para o Distrito Federal e posteriormente para Águas Lindas.

Tabela 4
Mobilidade espacial

Sujeito	Local de residência anterior ao DF	Chegada ao DF	Local da residência no DF	Chegada em Águas Lindas
1	Interior do PI	1993	Ceilândia	1996
2	Interior do PI	1990	No trabalho no Guará	1996
3	GO	1982	Estrutural	2007
4	DF	-	Taguatinga	1994
5	MG	1990	Ceilândia	1998

Fonte: pesquisadora, outubro, 2008.

Quanto às condições de moradia, a tabela 5 remete a uma situação em que a maioria morava de aluguel e para eles é um alívio financeiro terem adquirido um lote barato, mesmo pagando prestações em áreas caracteristicamente precárias em infra-estrutura básica e serviços públicos, como saúde, educação e transportes.

Tabela 5
Condições de moradia

Sujeito	Quantidade de moradores no lote	Quantidade de construções no lote	Condições da residência atual	Condições da residência anterior	Condições da residência antes de morar no DF
1	05	01 casa na frente e 01 barraco nos fundos (ambas de alvenaria)	Própria	Aluguel (barraco de fundos)	Própria (casa ampla de alvenaria)
2	10	01 casa na frente e 01 barraco nos fundos (ambas de alvenaria)	Própria	Morava no trabalho no Guará	Própria (casa tipo tijolo)
3	02	01 (alvenaria)	Própria	Própria (barraco de madeirite)	Própria (casa ampla de alvenaria)
4	06	01 (alvenaria)	Própria	Aluguel (barraco de fundos)	Morava de favor em casa de parentes nos fundos.
5	02	01 (alvenaria)	Própria	Aluguel (barraco de fundos)	Própria (sitio)

Fonte: pesquisadora, outubro, 2008.

Ressalta-se que os moradores indicaram a situação de sua residência atual própria, mas no discurso das entrevistas afirmam que o loteamento se encontra embargado e que não pagam IPTU. Afirmam também que foram orientados por técnicos do IBAMA a não continuarem pagando as prestações até que a situação se resolva:

Compramos esse lote aqui. Aliás, aqui está embargado devido a Furnas e o IBAMA também embargou isso aqui. Por causa da água que é muito próximo daqui. E aqui nós paramos de pagar, a maioria de nós, que mora aqui embaixo não paga mais, porque o IBAMA disse que não é para pagar mais enquanto não resolver esse problema, se vão tirar nós daqui ou como vamos ficar. Aí todo mundo parou de pagar. E é assim.” (Sujeito 1).

REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA MORADIA

Morar é preciso, da mesma forma como vestir e alimentar é uma das necessidades básicas dos indivíduos. Como diz um morador: “a primeira coisa é ter um lugar pra morar, depois você consegue tudo” (Sujeito 5). Como afirma Mumford (2004), a moradia antecede a cidade:

Antes da cidade, houve a pequena povoação, o santuário e a aldeia; antes da aldeia, o acampamento, o esconderijo, a caverna, o montão de pedras; e antes de tudo isso, houve certa predisposição para a vida social que o homem compartilha, evidentemente, com diversas outras espécies animais (MUMFORD, 2004, p.11).

O homem, inicialmente utilizou-se de formações naturais, como [cavernas](#), para suprir as demandas de sua moradia, porém estas estruturas tendem a caracterizar-se mais como um [abrigo](#) do que como um [lar](#). Entender como o homem iniciou o processo de evolução do ambiente construído antecede ao momento de sua fixação. E uma das mudanças iniciais estava relacionada com a afetividade e o respeito aos mortos, pois os primeiros que tiveram moradas permanentes eram os mortos, seja numa caverna, numa cova, num monte de pedras.

As moradias se alteram, como afirma Rodrigues (2003, p. 11): “historicamente mudam as características da habitação, no entanto é sempre preciso morar, pois não é possível viver sem ocupar espaço”. No interior da casa é onde se realizam diversas necessidades básicas das pessoas, isto é, além de ser um abrigo, é onde se dorme, fazem-se as refeições, realiza-se a higiene pessoal, convive-se com o grupo doméstico, enfim tem-se privacidade, a primeira RS da casa. Como diz uma entrevistada: “a moradia, agora é mais confortável porque, nem que seja só no tijolo, é uma casinha com três quartos, sala, cozinha e banheiro que dá certo conforto, porque cada um tem seu quarto com seus filhos” (Sujeito 4).

A casa é no seu sentido mais comum uma estrutura construída pelo homem para que esteja protegido, real e materialmente, contra as incertezas do mundo e o comportamento dos outros. Assim, a segunda RS desvendada é o binômio da casa como proteção/segurança em decorrência de “ser meu”. A moradia traduzida no discurso dos sujeitos “é tudo, porque se não tiver moradia como é que se vai viver, morar aonde? Ou você paga um aluguel todo mês ou o dono tá na sua porta cobrando o aluguel. Se você não pagar ele manda você sair da casa dele. Então, aqui não é muito bom, mas é nosso” (Sujeito 1). A moradia é entendida como uma propriedade para os seus moradores, mesmo sabendo que moram em um loteamento embargado do qual podem sair a qualquer momento.

A proteção não é só contra a materialidade do não ter onde morar, mas o real pode ser a subjetividade alheia, pois quando a casa é “dos outros”, as pessoas podem ser cruéis, como afirma essa entrevistada: “eu tinha só os dois meninos e nós morávamos num barraco pequenininho nos fundos e o dono do lote começou a implicar com os meninos que eram pequenos e tinham que ficar o dia inteiro preso dentro do barraco sem poder sair. Aí eu disse: eu vou embora, porque na minha terra eu tenho minha casa, que era boa, grande, tem espaço pro meus filhos e meus pais moram perto lá no Piauí” (Sujeito 1).

Peluso (1998, p.88) afirma que “o indivíduo que aluga se sente inferiorizado e rebaixado, numa situação infeliz, reduzida, insignificante.” Neste caso, os moradores buscam a sua liberdade dentro do espaço em que habitam, ou seja, não somente da casa, mas do lote. Isto é, dispor de liberdade para si e seus filhos é outra representação, pois referem-se constantemente à marginalidade que ronda o local, que causa medo e dificulta a locomoção.

Rodrigues (2003) observa que não tem como pedir emprestado um quarto, uma cama pra dormir um pouco e depois, simplesmente, ir embora, o que é diferente de pedir um prato de comida ou roupas pra vestir. Aliás, a privacidade e a infracionabilidade que a moradia permite às pessoas que moram juntas é peculiar.

Para morar é necessário ter capacidade de pagar por esta mercadoria não fracionável, que compreende a terra e a edificação, cujo preço depende também da localização em relação aos equipamentos coletivos e à infraestrutura existente nas proximidades da casa/terreno. (RODRIGUES, 2003, p. 14).

A terra urbana assim como as edificações constitui mercadorias do modo de produção capitalista. Portanto, os moradores objetivam a representação social da moradia no que tiveram que passar durante o momento em que viveram de aluguel ou de favor, enquanto já a ancoragem é revelada no ideal de possuir uma casa própria. *“A moradia aqui é melhor do que viver na rua, porque antes morávamos de aluguel no DF [...] que o sonho de todos os brasileiros ou de todo cidadão é ter uma casa própria independente do local em que esteja. Porque todo lugar começa ruim e depois se torna uma cidade [...] era a nossa vontade de ter um lugar nosso, ter o nosso cantinho, a casa própria. Foi isso que nos motivou a vir morar em Águas Lindas, porque as condições que tinha que oferecia ter a casinha própria, o pagamento, como pagar, a forma de pagamento motivou a vir pra cá”* (Sujeito 4).

O reconhecimento da área de estudo revelou uma representação da problemática da proliferação de loteamentos sem infra-estrutura básica. Diante dessa situação, a objetivação dos moradores é a fuga do aluguel. Outra entrevistada afirma que: *“Quando mora de aluguel a moradia não é sua, é dos outros que você mora, mais amanhã você pode não morar. E aqui não, a gente mora até quando a gente quiser. O aluguel é uma responsabilidade, como pagar água e luz, porque se você não pagar você não mora, eles mandam você embora.”* (Sujeito 3).

O que se pôde perceber é que “o aluguel é um peso no orçamento já de si muito reduzido e um indicador de pobreza e exclusão” (PELUSO, 1998, p 86). Não deixaram de existir referências a conotações negativas no que diz respeito ao aluguel, pois a ancoragem se faz em relação às experiências que indicam uma situação de “medo concreto, palpável e vivido” (PELUSO, 1998, p.87).

Prevalece uma representação negativa da cidade quando apontam para suas carências econômicas, sociais e territoriais, mas há uma representação positiva de si próprios, que buscam reconhecimento e auto-estima. *“A cidade não vai pra frente, ela não tem vida. A vida dela é nós. Ela não tem aquela vida de uma cidade, ela tem uma vida de cidade do interior. E uma cidade que é morta. Não tem raiz. A raiz dela já secou igual um pé de árvore que secou que tem folha, tem flor, mas não tem fruto.”* (Sujeito 3).

Para os moradores de acordo com Nóbrega e Peluso (2008, p. 13) urbanizar “não é necessariamente o crescimento da cidade, mas é vista como um processo de mudança de um lugar a outro, de um lugar pior para um lugar melhor, visto que expressam poucas esperanças em melhorias na própria cidade”. Mesmo assim, para os moradores Águas Lindas é onde puderam comprar um lote e construir uma casa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A moradia produz dialeticamente a fragmentação e a articulação do espaço, em que se aproximam e se afastam as contradições. O fenômeno da valorização/desvalorização da terra é fator determinante tanto da atração para Águas Lindas, quanto da expulsão do Distrito Federal. É marcante tanto na atração para realizar o sonho e o ideal de ter uma vida melhor, proteção e liberdade, quanto na expulsão, quando os pobres são afastados para áreas distantes, onde o preço da terra é mais barato por não possuir infra-estrutura.

Águas Lindas apresenta grande contingente populacional residindo em áreas inadequadas com moradias precárias e com acesso inadequado aos serviços urbanos. A importância de se entender a representação social da moradia a partir da sua história de vida possibilita observar que os atuais problemas da sociedade parecem ser cada vez mais articulados com os problemas de natureza espacial. Isto equivale a dizer que as moradias precárias não são apenas manifestações das diferenças, mas são toleradas e proliferam, porque surge da necessidade “do onde” e “do como” morar.

O que se verifica é um processo em que a estrutura sócio-espacial é ordenada, visando valorizar cada vez mais os espaços para que sirvam à especulação imobiliária. Deste modo, concretiza-se um ciclo de exploração, em que os mais pobres são expropriados e sobre eles se exerce a violência econômica e política. Assim, como o estudo de Jodelet (2005) sobre "*Loucuras e representações sociais*", os efeitos simbólicos provocados pelas representações sociais são tão reais quanto os efeitos materiais.

Nesta ocasião é possível extrair o núcleo das representações sociais dos moradores, visto que segundo Peluso (1998, p.177) "são dinâmicas e, se incorporam o campo de conhecimentos socialmente estruturados, incorporam também a elaboração individual, que as transformam constantemente nas relações e comunicações que os homens mantêm entre si". Ou seja, um dos núcleos das representações sociais diz respeito à casa própria, o indivíduo sente o desejo de possuí-la e pelos motivos de prestígio, pois, para si ele torna-se sujeito de sua história, por meio da propriedade privada.

Isto é demonstrado quando o sujeito sente que é dono de sua propriedade e pode exercer o controle sobre ela. Ao contrário, quando não possui moradia própria o sujeito sente-se desamparado. Em sua moradia, ele tem o poder de decidir, de planejar, de construir, de desejar ou de sonhar. Como afirma Peluso (1998, p. 180) "o sujeito não percebe as relações sociais que se encontram por detrás do poder pela própria dinâmica da internalização dos conteúdos sociais com que categoriza e classifica" a moradia. Assim, concretiza-se o jogo invisível da reprodução das relações sociais do poder por meio das representações sociais. Portanto, a objetivação da casa própria é manifestada na liberação do orçamento familiar que ancora a aquisição da casa própria com o sucesso de uma conquista material necessária.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A.M.O. **A pesquisa em representações sociais: fundamentos teóricos metodológicos**. Ser Social, 9, 2001. pp. 129-158.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 4ª ed. 6ª impressão. Série Princípios. Editora Ática, 2005. 95p.
- _____, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 7ª ed. Editora ática, 2003. 93p.
- JODELET, Denise. **Loucuras e representações sociais**. Tradução de Lucy Magalhães. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro. Zahar editores, 1978.
- MUMFORD, L. *A Cidade na História*, São Paulo, SP, Martins Fontes, 2004.
- NÓBREGA, M. D. S.; PELUSO, M. L. **A moradia no processo de segregação sócio-espacial do entorno do Distrito Federal: o caso de Águas Lindas de Goiás**. In: XV ENG - Encontro Nacional de Geógrafos: O espaço não pára por uma AGB em movimento, 2008, São Paulo. XV ENG - Encontro Nacional de Geógrafos: O espaço não pára por uma AGB em movimento, 2008.
- PAVIANI, Aldo. Periferização urbana. In: PAVIANI, Aldo (org). **Urbanização e Metrolização: A gestão dos conflitos em Brasília**. Editora UnB/CODEPLAN: Brasília, 1987, p 33-49.
- PELUSO, Marília Luiza. Contradições e conflitos no espaço das classes: centro versus periferia. In: PAVIANI, Aldo. **Urbanização e metropolização: A gestão dos conflitos em Brasília**. Editora UnB/CODEPLAN: Brasília, 1987, p 125-144.
- _____, Marília Luíza. **O morar na constituição subjetiva do espaço urbano. As representações sociais da moradia na cidade-satélite de Samambaia/DF**. Tese de doutorado (Programa de psicologia social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1998, mimeo.
- PENNA, Nelba Azevedo. Fragmentação do Ambiente Urbano: crises e contradições. In: PAVIANI, A; GOUVÊA, L. A. de C. **Brasília: controvérsias ambientais**. Brasília: Editora UnB, 2004, p 57-192.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2003. (Repesando a Geografia).

SÁ, C. P. de. **Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria.** In: M. J. Spink (org). O conhecimento no cotidiano. São Paulo: Brasiliense. Pp. 19-45, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção.** 4ªed. 4ª reimpressão. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____, Milton. **Pensando o espaço do homem.** 5ªed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. 96p.; 14x21 cm. – (coleção Milton Santos; 5).

_____, Milton. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Ed. Difel, 1983.